



MPV 759
00599

EMENDA Nº
/

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA ____/____/2017	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759, DE 2016
------------------------	-----------------------------------

TIPO
1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [] MODIFICATIVA 5 [x] ADITIVA

AUTOR DEPUTADO PATRUS ANANIAS	PARTIDO PT	UF MG	PÁGINA
----------------------------------	---------------	----------	--------

Art. 11 (...)

- a) aqueles classificados pelo Município ou Distrito Federal como de interesse social, em imóveis situados em ZEIS;
- b) aqueles que tenham preenchido os requisitos para usucapião especial ou concessão de uso especial para fins de moradia;
- c) de áreas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios declaradas de interesse para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social;

JUSTIFICAÇÃO

Sob pena de improbidade administrativa a regularização fundiária de interesse social gratuita deve ser apenas para a população de baixa renda. Neste sentido é fundamental definir critérios legais, e não em regulamento.

Sob pena de se deturpar a regularização fundiária no Brasil em quanto instrumento de inclusão socioterritorial, favorecendo a concentração fundiária, e invasões de alto padrão e privatização de terras públicas por condomínios e loteamento fechados, é fundamental caracterizar e priorizar a regularização fundiária de interesse social sob pena de inconstitucionalidade. À luz das previsão do artigo 23 da Constituição Federal e do art. 4º do estatuto da Cidade que define a regularização de interesses social como diretriz geral da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Neste sentido propõem-se resgatar os critérios legais revogados ad Lei 11.977/2009. As condicionantes para regularização fundiária de interesse social previstas na Lei 11.977, que dão segurança jurídica ao ente responsável pela regularização fundiária, tanto no sentido de que o núcleo tenha sido reconhecido na legislação urbanística como ZEIS; quanto ao preenchimento dos requisitos de tempo de moradia e posse única; e também naqueles casos em que o ente público proprietário da área declarou, por ato administrativo, a sua intenção em regularizar o imóvel aos ocupantes.

____/____/____ DATA	ASSINATURA
------------------------	------------

CD/17324.84841-77